



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

**TERMO DE CONTRATO N°. 033/2014/SEMA QUE
ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO
DO MEIO AMBIENTE E A EMPRESA NÁUTICA
CAMPO VERDE LTDA. - EPP.**

O ESTADO DE MATO GROSSO, através da **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º **03.507.415/0023-50**, criada pela Lei Complementar n°. 214, de 23 de junho de 2005, com sede na Rua C, esquina com a Rua F, Palácio Paiaguás, Centro Político Administrativo - CPA, nesta Capital, neste ato representada pelo Secretário Adjunto de Gestão Sistêmica, Sr. **BENEDITO NERY GUARIM STROBEL**, brasileiro, casado, portador do RG n°. 349.280 - SSP/MT e do CPF n°. 298.940.931-91, residente a Rua Dom Antônio Malan, 756, Bairro Poção, CEP: 78.015-608, Cuiabá/MT, nomeado pelo Ato Governamental n.º 18.861/2014 de 26/02/14, doravante denominada apenas **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **NÁUTICA CAMPO VERDE LTDA. - EPP**, inscrita no CNPJ 06.912.021/0001-60, localizada na Rua General Osório, n° 1930, bairro Centro, em Cáceres-MT, CEP: 78.200-000, **telefones: (65)3223-1125/3223-4385**, representada pelos sócios-proprietários Sr. **JOÃO OLIVEIRA GOUVEIA NETO**, portador da CNH N° 02937255119 - DETRAN/MT e do CPF: 470.983.926-34, e Sr. **ALEXANDRE BENEDITO GOSLING FAUSTO**, portador da CNH N° 02686230430 - DETRAN/MG e do CPF: 075.578.488-02, aqui denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, em conformidade com o Processo n° **164962/2014/SEMA, Pregão Presencial n° 009/2014/SEMA/MT**, sujeitando-se aos termos das Leis n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei n.º 10.520/2002, Decreto Estadual n° 7.217/2006, bem como, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo de contrato tem por objeto a aquisição de óleo náutico para motor de popa, 2T, para atender a **CONTRATANTE**, conforme condições e especificações constantes no edital de **Pregão Presencial n.º**



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

009/2014 SEMA/MT e seus anexos, no Termo de Referência n°. 29/2014, que fazem parte integrante deste, bem como nas cláusulas deste instrumento.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E PREÇOS

2.1. Os preços para o objeto contratado são os constantes da proposta apresentada no **Pregão Presencial n.º 009/2014/SEMA/MT**, conforme discriminação abaixo:

LOTE ÚNICO

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	ÓLEO NÁUTICO PARA MOTOR DE POPA, 2T, FRASCO COM 1 LITRO, EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE E PRAZO DE VALIDADE. FRASCO.	TEXSA	3.000	9,70	29.100,00
VALOR TOTAL R\$					29.100,00

***OBS. O óleo náutico em questão, destina-se a mistura de óleo+gasolina, para motor de barco tipo 2 tempos.**

2.2. A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, pela entrega do objeto, o valor total de **R\$ 29.100,00** (vinte e nove mil e cem reais), a serem pagos parceladamente, conforme for ocorrendo a entrega, mediante Ordem de Fornecimento emitida pela **GERÊNCIA DE TRANSPORTE** da **CONTRATANTE**;

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1. Os valores descritos na cláusula segunda poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93;



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

3.2. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

4. CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Cumprir fielmente o objeto do presente instrumento, mediante o fornecimento em conformidade com as especificações constantes do Anexo VII do edital de **Pregão Presencial n.º 009/2014** - Termo de Referência n.º 29/2014, da **GERÊNCIA DE TRANSPORTE** da **CONTRATANTE**, dentro das condições propostas e consignadas no presente instrumento;

4.2. Comparecer no prazo de **03 (três) dias** para retirada da Nota de Empenho e assinatura do contrato, contados a partir do recebimento da convocação formal, conforme o caso;

4.3. Executar o fornecimento sem atrasos, dentro dos padrões contratados e estabelecidos pela **CONTRATANTE**, de acordo com a especificação do Edital e proposta apresentada, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de condição estabelecida;

4.4. Entregar os produtos solicitados em **até no máximo 07 (sete) dias**, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pela Gerência de Transporte da **CONTRATANTE**, devendo a mesma ser acompanhada pelo Gerente de Transporte ou algum servidor designado por este;

4.5. Responsabilizar-se pelos eventuais danos e prejuízos que a qualquer título vier a causar ao **CONTRATANTE**, principalmente em decorrência da má qualidade dos produtos entregues;

4.6. Manter em dia as obrigações concernentes à Fazenda Pública Federal e Estadual, seguridade social e contribuição ao FGTS, durante toda a vigência deste contrato;



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

4.7. Substituir, às suas expensas, após notificação formal, sendo assim fixado prazo pelo setor demandante, os produtos entregues em desacordo com as especificações do edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresentem vício de qualidade e/ou problemas na utilização;

4.8. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela **CONTRATANTE**, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à **CONTRATANTE**, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;

4.9. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da **CONTRATANTE**, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato;

4.10. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE** qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

4.11. A **CONTRATADA** ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições do edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

4.12. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**;

4.13. Fiscalizar e acompanhar a execução para o perfeito cumprimento do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes;

4.14. Comunicar a **CONTRATANTE** qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

4.15. Aplica-se ainda a **CONTRATADA**, por ocasião do serviço contratado, as disposições contidas na Lei nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor;



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

4.16. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações, no Decreto Estadual nº. 7.217/2006 e toda legislação pertinente.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

5.1. A entrega do objeto será sob demanda, de acordo com as quantidades solicitadas via Ordem de Fornecimento, devendo ser realizada na Gerência de Almoxarifado, localizada na sede da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, no seguinte endereço: Rua C, esquina com a rua F, Centro Político Administrativo, s/n, em Cuiabá-MT;

5.1.1. A entrega deverá ser realizada em **até no máximo 07 (sete) dias**, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pela Gerência de Transporte da **CONTRATANTE**, devendo a mesma ser acompanhada pelo Gerente de Transporte ou algum servidor designado por este;

5.1.2. A garantia do produto não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, após a entrega;

5.2. O produto descrito no presente contrato será recebido:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação do Edital;

b) Definitivamente, após a verificação dos termos, prazos, qualidade, quantidade e condições do material estabelecidas no Edital e consequente aceitação.

5.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas contratuais e as normas da Lei 8.666/93, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

5.4. O objeto contratado será recusado e devolvido nas seguintes hipóteses:

a) Apresente vícios de qualidade ou impropriedade;

b) Nota fiscal com especificação e quantidade em desacordo com o contrato;



**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS**

c) Entregue em desacordo com as especificações exigidas.

5.5. Os produtos deverão ser entregues devidamente lacrados e embalados. A embalagem deverá proporcionar a proteção dos produtos durante o transporte e a estocagem, com a indicação do produto, a validade e demais informações necessárias a sua identificação e segurança;

5.6. Os produtos entregues fora das condições estabelecidas no edital e no presente instrumento, e outras dele decorrentes, implicará a recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte do inadimplente;

5.7. A fiscalização exercida na entrega dos produtos não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA**, por quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência deste, não implica corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA CONTRATUAL

6.1. Não há previsão de garantia para este contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Emitir a(s) ORDEM(NS) DE FORNECIMENTO(S), estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto, a cada solicitação;

7.2. Receber o objeto contratado, nos termos, prazos, qualidade e condições estabelecidas no contrato, na Proposta do fornecedor e no Termo de Referência nº 029/2014, elaborado pelo setor demandante;

7.3. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a **CONTRATADA**, após a aquisição do objeto requisitado, assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o contrato;



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

7.4. Notificar, formal e tempestivamente, a **CONTRATADA** sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste contrato;

7.5. Designar o Fiscal do Contrato que registrará em relatório as deficiências verificadas na entrega do produto objeto da presente licitação, encaminhando cópias à **CONTRATADA** para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital;

7.7. Proporcionar à **CONTRATADA** todas as facilidades e informações necessárias à boa execução do contrato, permitindo, inclusive, o acesso à **CONTRATADA** para o cumprimento de suas obrigações, caso necessário;

7.8. Manifestar formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, nas notificações, aplicação de sanções, alterações e revisões do contrato;

7.9. Aplicar à **CONTRATADA**, quando for o caso, as sanções regulamentares e contratuais;

7.10. Rejeitar o objeto contratado que estiver em desacordo com as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, exigindo sua imediata substituição, em até no máximo **30 (trinta) dias** corridos após a notificação formal, sob pena de aplicação das penalidades previstas em lei, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e aceitos pela **CONTRATANTE**.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. Efetuar o pagamento, conforme definido na subcláusula 2.2 deste contrato, após o atesto na Nota Fiscal, comprovando que o objeto foi efetivamente entregue e é o mesmo do objeto do Edital, o qual deverá obedecer aos termos do Decreto nº 4.752, de 06 de agosto de 2002, c/c o Decreto nº 4.747, de 22 de junho de 1994, bem como na conformidade Decreto Estadual nº 8.199/2006, após a entrega dos bens e recebimento da Fatura/Nota Fiscal, devidamente atestada pelo Gerente de Transporte ou algum servidor por ele designado;



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

8.2. O pagamento será efetivado por meio de Nota de Ordem Bancária, em nome da **CONTRATADA**, na data fixada de acordo com a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2007-SAGP/SEFAZ, publicada no Diário Oficial do Estado em 25.05.2007;

8.3. A **CONTRATADA** indicará no corpo da Nota Fiscal o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

8.3.1. Caso constatada alguma irregularidade na nota fiscal/fatura, esta deverá ser devolvida à **CONTRATADA**, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

8.4. Junto com as Notas Fiscais a **CONTRATADA** deverá **obrigatoriamente apresentar** Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS, sem as quais fica impossibilitada a efetivação da liquidação do pagamento;

8.5. As comprovações de regularidade exigidas nos subitens acima poderão ser substituídas pela regularidade junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso;

8.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da **CONTRATADA**;

8.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado;

8.8. As Notas Fiscais/Faturas devem ser emitidas em nome de **ESTADO DE MATO GROSSO**, com o CNPJ nº. 03.507.415/0023-50 e com o seguinte endereço: Rua C esquina com a Rua F, Centro Político Administrativo e deverão ser entregues na **Gerência de Transporte** para serem devidamente atestadas;

8.9. O pagamento efetuado à **CONTRATADA** não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade e garantia;



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

8.10. A partir de 1º de dezembro de 2010, as operações de vendas destinadas à Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo ICMS42/2009, recepcionado pelo Artigo 198-A-5-2 do RICMS. Informações através do site www.sefaz.mt.gov.br/nfe.

9. CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. Os recursos para pagamento do referido objeto correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão/Unidade: 27101 - Secretaria de Estado do Meio Ambiente
Projeto/Atividade: 2006
Natureza de Despesa: 3390 3000
Fonte: 240/640

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA

10.1. O presente contrato vigorará por **12 (doze)** meses, a partir da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1. O inadimplemento das cláusulas estabelecidas neste contrato pela **CONTRATADA**, assegurará à **CONTRATANTE** o direito de rescindi-lo, no todo ou em parte, a qualquer tempo, mediante comunicação oficial de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência à outra parte, em consonância com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES

12.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos do edital e deste contrato sujeita a **CONTRATADA** a multas, consoante o caput e



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

§§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

12.1.1. Quanto à obrigação da retirada da Nota de Empenho no prazo estabelecido:

a) atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2 % (dois por cento);

b) a partir do 6º (sexto) até o limite do 10º (décimo) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso.

12.1.2. Quanto ao atraso para assinatura do contrato e as obrigações de solução de quaisquer problemas com os itens adquiridos, e, quanto a aceitação de acréscimos e supressões no valor total da adjudicação:

a) atraso até 2 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento);

b) a partir do 3º (terceiro) até o limite do 5º (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia de atraso.

12.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à **CONTRATADA** multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado;

12.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, se sujeita às seguintes penalidades:

a) **Multa** de até 10% sobre o valor adjudicado;

b) **Suspensão** temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por prazo de até 05 (cinco) anos, e;



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

12.4. A licitante, adjudicatária ou **CONTRATADA** que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei;

12.5. A multa, eventualmente imposta à **CONTRATADA**, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a **CONTRATADA** não tenha nenhum valor a receber deste Órgão do Estado de Mato Grosso, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda a **CONTRATANTE** proceder a cobrança judicial da multa;

12.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a **CONTRATANTE**;

12.7. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO DIREITO DE PETIÇÃO



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

13.1. No tocante a recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverá ser observado o disposto no art. 109 da Lei nº 8.666/93.

14. CLAUSULA DECIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

14.1. Será designado, pela **CONTRATANTE**, um servidor qualificado ou uma comissão para exercer a fiscalização do contrato, que terá, dentre outras, a incumbência de solicitar à **CONTRATADA** o afastamento ou a substituição de profissional que considere ineficiente, incompetente, inconveniente ou desrespeitoso com pessoas da **CONTRATANTE** ou terceiros ligados ao objeto;

PARÁGRAFO ÚNICO - O exercício da fiscalização pela **CONTRATANTE** não excluirá nem reduzirá as responsabilidades de competência da **CONTRATADA**.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Este contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas previstas na Lei nº 8.666/93, respondendo elas pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

15.2. A **CONTRATANTE** poderá revogar este contrato, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

15.2.1. A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente, impedindo efeitos jurídicos que nele, ordinariamente, deverá produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido;

15.2.2. A nulidade não exonera a **CONTRATANTE** do dever de indenizar a **CONTRATADA** pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo a responsabilidade de quem lhe deu causa.



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO SISTÊMICA
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS
GERENCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

16. CLÁUSULA DECIMA SEXTA - DO FORO

16.1. Fica eleito o foro da cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

E, por se acharem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais.

Cuiabá, 29 de agosto de 2014.

BENEDITO NERY GUARIM STROBEL
Secretário Adjunto de Gestão Sistêmica
SEMA/MT

JOÃO OLIVEIRA GOUVEIA NETO
Sócio-proprietário

ALEXANDRE BENEDITO GOSLING FAUSTO
Sócio-proprietário

TESTEMUNHAS:

KELLY ALMEIDA KORMANN
CPF: 823.964.001-00

FERNANDA B. C. DE SOUZA
CPF: 973.078.581-34